

4 — O local de trabalho é na Direcção Regional de Economia do Norte, do Ministério da Economia e da Inovação, sita na Rua Direita do Viso, 120, 4269-002 Porto.

5 — Remuneração, condições de trabalho e regalias sociais — o vencimento é o estabelecido no Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

6 — São requisitos gerais e especiais de admissão a este concurso, cumulativamente, os previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, bem como os estabelecidos na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

7 — Métodos de selecção — o método de selecção a utilizar no presente concurso será o de avaliação curricular, que incluirá a apreciação e discussão do currículo profissional do candidato, em concurso de provas públicas.

7.1 — Avaliação curricular — visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos nas áreas para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, considerando e ponderando, de acordo com as exigências da função, os seguintes factores:

- A habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade do grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;
- A formação profissional, em que se ponderam as acções de formação e aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com as áreas funcionais dos lugares postos a concurso;
- A experiência profissional, em que se pondera o desempenho efectivo de funções nas áreas de actividade para o qual o concurso é aberto, bem como outras capacidades adequadas, com avaliação da sua natureza e duração.

8 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção adoptados, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

9 — A classificação final é expressa na escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores.

10 — Formalização das candidaturas — o requerimento de admissão ao concurso, e a respectiva documentação, deverá ser dirigido à directora regional de Economia do Norte, do Ministério da Economia e da Inovação, podendo ser entregue pessoalmente no sector de pessoal ou, remetido através de correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 1, para a Direcção Regional da Economia do Norte do Ministério da Economia e da Inovação, Rua Direita do Viso, 120, 4269-002 Porto.

10.1 — O requerimento de admissão ao concurso deverá conter os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número, local e data de emissão do bilhete de identidade e estado civil), residência, código postal e telefone;
- Habilitações literárias;
- Identificação da categoria detida, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- Identificação do concurso e do lugar a que se candidata;
- Declaração, sob compromisso de honra, de que o candidato reúne os requisitos gerais de provimento na função pública.

10.2 — O requerimento de admissão deverá ainda ser acompanhado da seguinte documentação:

- Curriculum vitae*, datado, assinado e detalhado, do qual devem constar, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exercem, bem como as que exerceram, com indicação dos respectivos períodos de duração e actividades relevantes, assim como a formação profissional detida, com indicação das acções de formação finalizadas (cursos, estágios, encontros e simpósios, especializações e seminários, indicando a respectiva duração e datas de realização);
- Documentos comprovativos das habilitações literárias;
- Declaração actualizada emitida pelo serviço ou organismo de origem, mencionando de maneira inequívoca a natureza do vínculo, a categoria que detém, o tempo de serviço na função pública, na carreira e na categoria;
- Declaração, emitida pelo serviço ou organismo onde foram exercidas as funções durante os anos relevantes para efeitos

de acesso na carreira, que descreva as tarefas e responsabilidades cometidas ao funcionário;

- Documentos comprovativos das acções de formação profissional complementar e da respectiva duração em horas;
- Fotocópias das classificações de serviço dos anos relevantes para efeitos de concurso;
- Documentos comprovativos dos elementos que os candidatos considerem relevantes para apreciação do seu mérito.

10.3 — Os candidatos pertencentes ao quadro de pessoal da Direcção Regional de Economia do Norte ficam dispensados da apresentação dos documentos referidos nas alíneas b), e) e f) do n.º 10.2 do presente aviso desde que constem dos respectivos processos individuais.

11 — A lista dos candidatos admitidos ao concurso é afixada, para consulta, na Direcção Regional de Economia do Norte, do Ministério da Economia e da Inovação, na Rua Direita do Viso, 120, 4269-002 Porto.

12 — A lista de classificação final é enviada por ofício registado se o número de candidatos admitidos for inferior a 100 ou, se igual ou superior a esse número, afixada no serviço indicado no n.º 4 e publicado aviso no *Diário da República*, 2.ª série, informando dessa afixação.

13 — A apresentação ou a entrega de documento falso implica, para além dos efeitos de exclusão ou de não provimento, a participação à entidade competente para procedimento disciplinar e penal, conforme os casos.

14 — A não apresentação dos documentos solicitados no presente aviso de abertura determina a exclusão do concurso, nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

15 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a respectiva situação, a apresentação de documentos autênticos ou autenticados, comprovativos das suas declarações.

16 — Legislação aplicável — em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. O concurso rege-se ainda pelo mapa I, anexo à Portaria n.º 443/99, de 18 de Junho, e alterada pela Portaria n.º 103/2000, de 24 de Fevereiro, pelos Decretos-Leis n.ºs 5/2004, de 6 de Janeiro, 204/98, de 11 de Julho, 175/98, de 2 de Julho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 2 de Maio.

17 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — José Manuel da Silva Carvalho, assessor principal.  
Vogais efectivos:

- Jaime do Paço Quesado, assessor principal.
- Maria Joana Gonçalves Ferreira Carreira, directora de serviços do Comércio e Serviços

Vogais suplentes:

- Maria Júlia Cruz Costa e Silva Loureiro, assessora principal.
- José Manuel Sena Jorge, assessor principal.

18 — O presidente do júri será substituído pelo 1.º vogal efectivo nas suas faltas e impedimentos.

25 de Agosto de 2005. — A Directora Regional, *Maria Cândida Guedes de Oliveira*.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção Regional de Agricultura do Alentejo

**Despacho (extracto) n.º 20 469/2005 (2.ª série).** — Nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 20.º, do artigo 21.º e do n.º 6 do artigo 35.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, para exercer o cargo de chefe da Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo a licenciada Constantina do Rosário Frota Nunes Andrade Henriques, técnica

superior principal da carreira de técnico superior do quadro de pessoal desta direcção regional, unidade orgânica criada pelo Decreto Regulamentar n.º 16/97, de 7 de Maio.

A presente nomeação fundamenta-se nos conhecimentos técnicos, na experiência na área funcional do cargo a prover e no exercício de funções dirigentes e na aptidão para o exercício das mesmas, bem como no *curriculum vitae*, e produz efeitos reportados a 19 de Agosto de 2005. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

#### Curriculum vitae

Constantina do Rosário Frota Nunes Andrade Henriques, casada, natural de Angola, nascida em 30 de Agosto de 1963, concluiu o curso de Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa em 28 de Julho de 1986.

Carreira profissional:

De 2 de Outubro de 1987 a 31 de Agosto de 1988 leccionou a disciplina de Direito na Escola Secundária Mouzinho da Silveira, em Portalegre, aos 10.º e 11.º anos de escolaridade;

Em 3 de Outubro de 1988 iniciou a prestação de serviços de natureza jurídica na DRAAL, Zona Agrária de Portalegre, no âmbito da gestão e estruturação fundiária, com especial destaque para a instrução de processos de reserva, ao abrigo da Lei de Bases da Reforma Agrária;

Em 6 de Fevereiro de 1990 celebrou com a DRAAL um contrato de trabalho a termo certo cujo objecto consistiu na prestação de trabalho de natureza jurídica, realização de estudos de apoio à decisão no âmbito da gestão e estruturação fundiária, consultadoria e contencioso;

Em 23 de Julho de 1990 foi nomeada, pelo chefe da Zona Agrária de Portalegre, responsável pelo SGEF — Sector de Gestão e Estruturação Fundiária da Zona Agrária de Portalegre;

Em 21 de Novembro de 1991, por despacho do director regional de Agricultura do Alentejo, foi nomeada estagiária da carreira de técnico superior, mediante celebração de contrato administrativo de provimento, com efeitos a 27 de Janeiro de 1992;

Em 5 de Julho de 1993 foi nomeada, pelo chefe da Zona Agrária de Portalegre, responsável pelos Serviços de Informação, Relações Públicas e Informática e pelo Serviço de Estruturação Fundiária;

Em 27 de Setembro de 1993, por despacho do director regional de Agricultura do Alentejo, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 268, de 16 de Novembro de 1993, foi nomeada técnica superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da DRAAL;

Por despacho de 13 de Março de 1996 do director regional de Agricultura do Alentejo, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 30 de Março de 1996, foi promovida a técnica superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da DRAAL, tendo passado a coordenar o Gabinete de Indemnizações Definitivas pela Reforma Agrária, em Portalegre;

Por despacho de 22 de Março de 2001 do director regional de Agricultura do Alentejo, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 82, de 6 de Abril de 2001, foi promovida a técnica superior principal da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da DRAAL;

Em 25 de Fevereiro de 2002 foi designada responsável pela Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos da DRAAL;

Por despacho de 8 de Março de 2002 do Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 88, de 15 de Abril de 2002, foi nomeada, em regime de substituição, chefe da Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos da DRAAL, com efeitos reportados a 25 de Fevereiro de 2002;

Por despacho de 7 de Outubro de 2002 do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, publicado no *Diário da República*, n.º 252, de 31 de Outubro de 2002, foi nomeada, em comissão de serviço, precedendo concurso, no cargo de chefe da Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, com efeitos reportados a 25 de Fevereiro de 2002, cargo que tem vindo a exercer ininterruptamente, até à presente data.

8 de Setembro de 2005. — O Director Regional, *Augusto José de Sousa Gouveia*.

**Despacho (extracto) n.º 20 470/2005 (2.ª série).** — Nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 20.º, do artigo 21.º e do n.º 6 do artigo 35.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio

em comissão de serviço, pelo período de três anos, para exercer o cargo de chefe da Divisão de Qualificação Profissional da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo a licenciada Maria Elisete Soares Faustino Pinto de Barros, técnica superior principal da carreira de técnico superior do quadro de pessoal desta Direcção Regional, unidade orgânica criada pelo Decreto Regulamentar n.º 16/97, de 7 de Maio.

A presente nomeação fundamenta-se nos conhecimentos técnicos, na experiência na área funcional do cargo a prover e no exercício de funções dirigentes e na aptidão para o exercício das mesmas, bem como no *curriculum vitae*, e produz efeitos reportados a 19 de Agosto de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

#### Curriculum vitae

Maria Elisete Soares Faustino Pinto de Barros, divorciada, natural de Beja, nascida em 9 de Junho de 1951, concluiu o curso de Regente Agrícola pela Escola de Regentes Agrícolas de Santarém em 1973 e o curso de Estudos Europeus pela Universidade Moderna de Lisboa em 29 de Outubro de 1994.

Carreira profissional:

Em 1 de Agosto de 1975 iniciou funções em regime de prestação eventual de serviços com a categoria de engenheiro técnico agrário de 3.ª classe no Centro Regional de Reforma Agrária de Beja;

Em 1 de Dezembro de 1977 ingressou no quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, com a categoria de engenheiro técnico agrário de 2.ª classe;

De 1981 a 1994 desempenhou funções na Divisão de Extensão Rural e Produção Agrária como monitora de acções de formação em gestão e contabilidade, técnica de projectos de investimento para jovens agricultores, coordenadora do 1.º curso de empresários agrícolas na Sub-Região de Beja, bem como apoio técnico a agricultores integrados no Projecto Agro-Pecuário da Cooperativa Agrícola de Mértola e na análise das explorações agrícolas (cálculo de indicadores);

De 1994 a 1997 exerceu funções no Sector de Informação e Relações Públicas e de coordenação das medidas do PAMAF, na Zona Agrária de Barros e Alentejo Interior;

Em 19 de Maio de 1997, por despacho do Secretário de Estado da Agricultura, foi nomeada, em comissão de serviço, chefe da Divisão de Qualificação Profissional da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;

Em 2 de Fevereiro de 1998 exerceu funções de coordenação da Unidade Técnica de Avaliação e Acompanhamento da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo da medida n.º 6 do PAMAF;

Em 1 de Junho de 2000 foi nomeada para o grupo de trabalho da Rede de Centros de Formação Profissional Agrária;

Em 8 de Março de 2002, por despacho do Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, foi nomeada, em comissão de serviço, precedendo concurso, no cargo de chefe da Divisão de Qualificação Profissional da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, cargo que tem vindo a exercer até à presente data.

8 de Setembro de 2005. — O Director Regional, *Augusto José de Sousa Gouveia*.

**Despacho (extracto) n.º 20 471/2005 (2.ª série).** — Nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 20.º, do artigo 21.º e do n.º 6 do artigo 35.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, para exercer o cargo de chefe da Divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Produtivo da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo o licenciado José Pedro de Avelar Machado Tavares, assessor principal da carreira de engenheiro do quadro de pessoal desta Direcção Regional, unidade orgânica criada pelo Decreto Regulamentar n.º 16/97, de 7 de Maio.

A presente nomeação fundamenta-se nos conhecimentos técnicos, na experiência na área funcional do cargo a prover e no exercício de funções dirigentes e na aptidão para o exercício das mesmas, bem como no *curriculum vitae*, e produz efeitos reportados a 19 de Agosto de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

#### Curriculum vitae

José Pedro de Avelar Machado Tavares, casado, natural de Anjos, Lisboa, nascido em 17 de Março de 1951, concluiu o curso de Agro-